

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

DIREITO ADMINISTRATIVO DOS BENS

**Exame Escrito
Época de Recurso**

**Tópicos de Correção
Ano letivo 2025/2026 – Turma A Noite**

Regência: Professor Doutor Domingos Soares Farinho

Duração máxima: 90 minutos

Responda em **não mais do que 25 linhas** às seguintes questões: (5 valores cada questão)

1. A afetação é um ato constitutivo ou meramente declarativo da dominialidade pública? Fundamente à luz da Constituição e do regime jurídico dos bens públicos.

- *Enquadramento constitucional da dominialidade pública (art. 84.º CRP) e distinção face aos bens públicos por natureza.*
- *Conceito de afetação como vinculação funcional a um fim de utilidade pública.*
- *Discussão das teses constitutiva vs. declarativa (impacto no início do regime dominial).*
- *Consequências práticas: inalienabilidade, imprescritibilidade e tutela jurisdicional.*

2. Analise a natureza jurídica das licenças e concessões de uso privativo do domínio público, destacando o regime de precariedade e os limites à revogação.

- *Distinção entre licença e concessão quanto à intensidade do direito atribuído.*
- *Natureza jurídico-administrativa do título e ausência de direito real pleno.*
- *Princípio da precariedade e primado do interesse público.*
- *Limites à revogação e eventual dever indemnizatório (proteção da confiança).*

3. Caracterize o domínio privado administrativizado e discuta se ainda se justifica a sua autonomização dogmática face à evolução do direito administrativo dos bens.

- *Definição da categoria: titularidade privada com vinculação funcional pública.*
- *Elementos de hibridismo (direito civil estrutural vs. princípios administrativos).*

- *Regime de alienação, oneração e sujeição a controlo público.*
- *Avaliação crítica: utilidade sistemática vs. tendência para unificação do regime do património público.*

4. Analise o papel da declaração de utilidade pública enquanto ato constitutivo do poder expropriativo, discutindo os seus pressupostos e a sua sindicabilidade jurisdicional.

- *Função da DUP como pressuposto jurídico da expropriação.*
- *Pressupostos materiais: utilidade pública, necessidade e proporcionalidade.*
- *Requisitos formais e dever de fundamentação.*
- *Controlo jurisdicional (legalidade, desvio de poder, erro nos pressupostos).*

Bom trabalho.

18.02.26